

A militarização das escolas públicas e os desdobramentos na infância e juventude

The militarization of public schools and the developments in childhood and youth

La militarización de las escuelas públicas y el desarrollo de la niñez y la juventud

Recebido: 09/11/2022 | Revisado: 16/11/2022 | Aceitado: 16/11/2022 | Publicado: 23/11/2022

Lívia Barbosa Pacheco Souza

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3148-5536>

Universidade da Integração Internacional Lusofonia Afro-Brasileira, Brasil

E-mail: adm.liviapacheco@gmail.com

Resumo

A pesquisa objetiva analisar os desdobramentos na infância e adolescência da militarização das escolas públicas. Trata-se de uma revisão integrativa da literatura realizada através das bases de dados Google Acadêmico, SCORPUS, Web of Science através das palavras chaves: “militarização”, “adolescente” e “escola pública”. Combinados entre si pelo operador booleano AND. Como critérios de inclusão: artigos disponíveis na íntegra, nos idiomas português, espanhol e inglês, que abordassem a temática, nos últimos dez anos (2012-2022). Como critérios de exclusão: artigos que não contemplavam o tema e estudos repetidos nas bases de dados. O molde da administração militar da escola com o desempenho geral das empresas do exército nacional é anterior a 1998; no entanto, a mudança das escolas públicas do interior, que estavam em funcionamento, para a gestão da PM é um fenômeno que começou em Goiás, em 1998, quando as autoridades do governo de Marconi Perillo criaram e instalaram um colégio da marinha, amparado por uma lei de 1976, para fornecer escolaridade diferenciada para dependentes da marinha. É fundamental destacar que, assim como o fenômeno da militarização é recente e contundente em frases de punições para escolas públicas, a fabricação de know-how sobre esse manequim universitário tem recebido destaque e está se desenvolvendo nas universidades brasileiras.

Palavras-chave: Militarização; Escola pública; Colégio militar.

Abstract

The research aims to analyze the consequences in childhood and adolescence of the militarization of public schools. This is an integrative literature review carried out through the Google Scholar, SCORPUS, Web of Science databases using the keywords: “militarization”, “adolescent” and “public school”. Combined with each other by the Boolean AND operator. As inclusion criteria: articles available in full, in Portuguese, Spanish and English, that addressed the theme, in the last ten years (2012-2022). As exclusion criteria: articles that did not contemplate the theme and repeated studies in the databases. The model of the school's military administration with the general performance of the national army companies dates back to 1998; however, the change from public schools in the interior, which were in operation, to the management of the PM is a phenomenon that began in Goiás, in 1998, when the authorities of the government of Marconi Perillo created and installed a school for the navy, supported by a 1976 law, to provide differentiated schooling for dependents of the navy. It is essential to highlight that, just as the phenomenon of militarization is recent and blunt in sentences of punishment for public schools, the manufacture of know-how about this university mannequin has received prominence and is developing in Brazilian universities.

Keywords: Militarization; Public school; Military school.

Resumen

La investigación tiene como objetivo analizar las consecuencias en la niñez y adolescencia de la militarización de las escuelas públicas. Esta es una revisión integradora de literatura realizada a través de las bases de datos Google Scholar, SCORPUS, Web of Science utilizando las palabras clave: “militarización”, “adolescente” y “escuela pública”. Combinados entre sí por el operador booleano AND. Como criterio de inclusión: artículos disponibles en su totalidad, en portugués, español e inglés, que abordaron el tema, en los últimos diez años (2012-2022). Como criterios de exclusión: artículos que no contemplaran el tema y estudios repetidos en las bases de datos. El modelo de administración militar de la escuela con la actuación general de las empresas del ejército nacional data de 1998; sin embargo, el cambio de las escuelas públicas del interior, que estaban en funcionamiento, a la gestión de la PM es un fenómeno que comenzó en Goiás, en 1998, cuando las autoridades del gobierno de Marconi Perillo crearon e instalaron una escuela para la marina, avalada por una ley de 1976, para brindar escolarización diferenciada a los dependientes de la marina. Es fundamental resaltar que, así como el fenómeno de la militarización es reciente y contundente en las sentencias de castigo a las escuelas públicas, la fabricación de saberes sobre esta universidad El maniquí ha cobrado protagonismo y se está desarrollando en las universidades brasileñas.

Palabras clave: Militarización; Escuela pública; Colegio militar.

1. Introdução

A movimentação da polícia do exército nas escolas públicas vem tomando o país nos diversos estados. Essa forma tem levado variedades únicas dependendo do estado da nação (Goiás, Minas Gerais, Bahia, Amazonas, Rio Grande do Sul, Maranhão, Tocantins, Rondônia, Santa Catarina, Paraná, Ceará, Piauí, Pernambuco, Paraíba, Mato Grosso, Distrito Federal, Roraima e Alagoas), com a Polícia da Marinha exercendo funções extraordinárias dentro das escolas públicas. O Estado de Goiás implementou, nesse sentido, desde 1999, a mais contundente reforma com a aprovação da Polícia Militar para contar com a administração e uma ampla variedade de escolas em desenvolvimento na rede nacional, por meio de uma parceria entre as Secretarias Estaduais de Educação e Segurança. Dentre todos os estados da federação, Goiás é o estado onde se concentra o maior leque de escolas militarizadas em funcionamento no Brasil (Bezerra, 2017).

O trabalho existente propõe uma investigação sobre a atual inserção dos estabelecimentos de segurança pública no estado brasileiro, porém principalmente na nação de Goiás, onde vem passando a transição da administração das escolas públicas da comunidade do reino tendo em vista que dezenove anos noventa e oito para a Polícia Militar de Goiás. A partir do ano dois mil e um, o método de militarização vem se intensificando no país de Goiás e este, dentre os mais diversos movimentos conservadores, já não passou despercebido, como o conhecido Movimento Escola sem Partido, que é o materialidade do que alguns autores analisam. e nomear o liberal de frente de onda conservadora ou, no caso de fenômeno idêntico, de liberal-ultraconservador de frente e a partir deles o escopo deste trabalho busca reconhecer como essas ações conservadoras - que representam fatores que simbolizam o liberal-ultraconservador a frente - entraram no terreno da faculdade e editando sua forma e modos de operação (do Amaral & de Olivera, 2010).

Nesse sentido, usaremos o período temporal “onda conservadora” para aludir ao boom do pensamento conservador. O recorte temporal foi criado a partir da obra “A da Conservadora: ensaios sobre as instâncias sombrias no Brasil”, na compilação dos artigos que compõem a obra. No presente trabalho, empreendemos o período liberal-ultraconservador a frente para representar a atuação global de frações do tipo dominante em que a burguesia é essencialmente conservadora e, atualmente, esta forma tem recebido novas dimensões dentro da técnica de recomposição burguesa de capital massivo, lugar que as frações ultraliberais têm se associando ao ultraconservadorismo cristão, o que aconselhou essa nova caracterização (Ranna, 2021) (Souza, 2000).

Essa frente dita liberal-ultraconservadora desenvolveu e difundiu uma agenda de cobertura para a formação pública no Brasil por meio de uma ampla variedade de organizações transnacionais e nacionais. De acordo com a análise de Colombo, Sobre o liberal-ultraconservador a frente em Assim, diante da avaliação via Colombo (2018), apreendemos a militarização das faculdades públicas dentro do conjunto do liberal-ultraconservador a frente de pauta na educação, que em sua síntese, para além desta política, inclui ainda: a) a privatização das escolas públicas em todos os níveis de ensino com passagem do fundo público através da implementação do sistema de vouchers, eb) a formação doméstica (renovação da ampliação do Educação a Distância) (Dutra, 2022).

Esse novo manequim de gestão aponta bem a fase de adesão da sociedade civil para sua consolidação e que mesmo encontrando resistência, por exemplo, do SINTEGO - Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Goiás, se consolida em Goiás de forma abrupta/autoritária. O advento dos Colégios Estaduais da Polícia Militar de Goiás (CEPMG'S) tem sido alvo de diversas críticas por meio do SINTEGO e adicionalmente por meio do Fórum Estadual de Educação de Goiás - FEE, que se opõem às arbitrariedades praticadas com o auxílio da nova gestão, que, em face das mensalidades, a chamada cobrança voluntária e a diferenciação no ingresso de estudantes universitários como exames e atrai violam garantias constitucionais asseguradas considerando que 1988, como a legislação federal, a Lei de Diretrizes e Bases, o Estatuto da Criança e do Adolescente e a Base Nacional Comum Curricular (Veiga, 2020; Ferreira, 2018). A pesquisa objetiva analisar os desdobramentos na infância e adolescência da militarização das escolas públicas.

2. Metodologia

Trata-se de uma revisão integrativa da literatura realizada através das bases de dados Google Acadêmico, SCORPUS, Web of Science através das palavras chaves: “militarização”, “adolescente” e “escola pública”. Combinados entre si pelo operador booleano AND. Como critérios de inclusão: artigos disponíveis na íntegra, nos idiomas português, espanhol e inglês, que abordassem a temática, nos últimos dez anos (2012-2022). Como critérios de exclusão: artigos que não contemplavam o tema e estudos repetidos nas bases de dados (Ercole et al., 2014).

3. Resultados e Discussão

O molde da administração militar da escola com o desempenho geral das empresas do exército nacional é anterior a 1998; no entanto, a mudança das escolas públicas do interior, que estavam em funcionamento, para a gestão da PM é um fenômeno que começou em Goiás, em 1998, quando as autoridades do governo de Marconi Perillo criaram e instalaram um colégio da marinha, amparado por uma lei de 1976, para fornecer escolaridade diferenciada para dependentes da marinha. (Alves; et al., 2018). Essa forma de militarização se acelerou a partir da década de 2010, recebeu ajuda de diferentes estados da federação, e os fatos apontam que o leque de faculdades militarizadas saltou de noventa e três em 2015 para cento e vinte em 2018, desdobrando-se em pelo menos 22 estados. (Saldaña, 2019). Das cento e vinte faculdades militarizadas em 2018, quase metade pertence ao país de Goiás, que tinha cinquenta e cinco faculdades nesse modelo.

O título da dissertação de Cruz (2017), 'Militarização das faculdades públicas em Goiás: autodisciplina ou medo?' fatores para isso. Neste estudo, o escritor conclui que há uma demanda exacerbada de autodisciplina nas faculdades do exército e, como consequência, uma preocupação gerada nos estudantes universitários que funciona como um método de gestão que ignora a pluralidade e a subjetividade dos indivíduos. Santos (2016), que também estudou o movimento de militarização das faculdades públicas goianas, observa que o ofício em administração modifica a forma das escolas, retrabalhando-as de espaços democráticos e de ingresso de todos, em áreas com estrutura militarizada e seletiva.

Sobre a seletividade da escola militarizada, Santos (2016) destaca que agora nem todos os universitários que desejam ou optam pela faculdade pública podem se informar em uma escola militarizada, devido aos preços das mensalidades, disfarçados de 'doação espontânea', e uniformes caros, que, na verdade, são uniformes, como esses usados por militares da Polícia Militar ou do Exército.

O cotidiano do corpo docente militarizado reforça os fatores vistos da escola, entendidos aqui mesmo na visão de Nóvoa (1995), para quem há uma tradição de seu pessoal em estabelecimentos universitários que têm aspectos vistos e invisíveis. O invisível refere-se a crenças, valores, ideologias e o visto consiste em manifestações verbais e conceituais, como currículos; manifestações visíveis e simbólicas, como uniformes; e manifestações comportamentais, como rituais e cerimônias.

Os colégios militares alteram e exacerbam todos esses itens; por exemplo, a obrigatoriedade do uso de uniformes, considerados necessários nos regulamentos das faculdades da marinha, e seu uso impõem normas que precisam ser observadas internamente e no quintal da escola. Há muitas proibições para universitários de fazerem alguma coisa quando estão uniformizados, mesmo que seja no quintal da escola, que vão desde “dobrar shorts ou camisetas de musculação, para limitar seu tamanho, desfigurando sua originalidade”, visto uma leve transgressão disciplinar, “provocar ou participar, uniformizado ou no Colégio, em manifestações de natureza política”, categorizadas como graves. (CEPMGO, 2017).

Pinheiro e Guimarães (2018), além de anunciarem que os administradores dos colégios da marinha são o provedor do governo da nação, reafirmam que deixaram de ser gestores democráticos devido à implementação no corpo docente da autodisciplina hierárquica igual à do quartel. A obediência incondicional é exigida que impacta todos os participantes da comunidade universitária, mas especialmente os alunos. A listagem de oitenta e cinco transgressões disciplinares,

categorizadas em leves, médias e graves, introduzidas no Regimento Interno das escolas, no título IX, é um exemplo. “Sobre transgressões disciplinares” (CEPMGO, 2017).

As Regras do Regimento apontam essa gestão montada na escola militarizada, bem como uma ideia de treinamento restrita à manipulação do físico e do comportamento, como pode ser visto em: 5. Trânsito ou aproveitamento de acessos em vias não mais permitidas ao corpo discente; [...] 6. Fazer ou infligir ruído imoderado nas dependências da escola; [...] 14. Pastilhas elásticas ou similares nas instalações da CPMGO ou quando ostentam uniforme; [...] 22. Apresentar-se com cabelos fora do padrão, deixando-os soltos com pontas ou mechas caídas (alunos), ou tingidos de forma extravagante; [...] 23. Sentado no chão com uniforme (CEPMGO, 2017).

Na avaliação de Belle (2011), esse manequim de corpo docente militarizado baseia-se totalmente em padrões burocráticos e, embora se afirme uma escola democrática, prejudica-os quando agora não mantém eleições para escolha de diretores. A personalidade emancipatória da formação não ocorre mais, considerando que educar é reorientado para a lógica da marinha, em que punição e punição são respostas à desobediência e, portanto, têm uma experiência diametralmente contrária à emancipação pelo uso da formação (Velloso; Oliveira, 2015).

Se voltarmos à reflexão sobre a autodisciplina nas escolas de marinha, veremos que ela se dá em função da robusta hierarquia surgindo da vida da marinha, que valoriza a subordinação ao chefe, à sua força de dirigir e punir. Na vida de quartel, a obediência deve ser inquestionável. Essa forma de obediência pode ser compreensível na vida do exército, onde o subordinado deve obedecer ao comandante além de questionar, devido aos perigos que podem ocorrer em um cenário de batalha ou conflito. O mesmo, porém, não se observa agora aos civis, que não mais tropeçarão nesse tipo de situação, tendo em vista que o desejo experiente desses universitários não é mais sempre o do exército. Além disso, quanto mais esse manequim se expandir e ocupar áreas nas redes públicas, maior será esse treinamento atingirá um número cada vez maior de cidadãos, que ocuparão sinceramente áreas únicas na sociedade.

Em consonância com esse debate, Lima (2015) identifica em seu aprendizado que o objetivo das faculdades do exército é estruturar cidadãos disciplinados. O ensino de filosofia tem seu centro de atenção na disciplina. A descoberta por meio de Lima et al. (2020) indica que a universidade da marinha propõe um coaching voltado para a disciplina, o respeito, a pontualidade e a busca do sucesso particular e especializado. Mesmo incluindo as meninas como alunas, Carra (2014) observa que o ethos masculino permanece; o corpo docente não é mais misto. Na conclusão de sua dissertação, Lima (2018) observa que o colégio do exército busca moldar humanos obedientes em relação à ordem estabelecida, subservientes a uma sociedade autoritária. Estruturar moradores passivos e alienados que contribuam para o modo de naturalização das diferenças sociais. Diferentes modas de formação formal consolidam valores únicos na vida do adulto, e no caso das escolas militarizadas, o manequim enfatiza um desafio escolar que consolida uma visão de formação de um cidadão desejável ao bom senso do capital, empreendedorismo, defensor do bom senso meritocrático e alinhado a uma sociedade conservadora.

No que se refere à disciplina, é fundamental distinguir essa visão de qualquer outra concepção, que considere as especificidades do corpo docente e, principalmente, do trabalho pedagógico. Nessa perspectiva, a autodisciplina tem outro significado, porque agora não é a disciplina da marinha, que preconiza a dominação do físico imposta pelo uso de regras exteriores, mas um resultado final do envolvimento/compromisso pessoal do aluno em coisas mentais para fazer proposto por meio do instrutor para apreender que o estudioso tem potencial para preservar o interesse pelo objeto de estudo. A educação escolar, entendida como trabalho coletivo sob o percurso de um professor, requer, como citado por Vasconcelos (1994), uma disciplina consciente e interativa, que deve ser analisada como potencial e agora não como parada em si mesma. Esse potencial de que um trabalho pedagógico substancial não pode ser concluído além da disciplina, porém essa autodisciplina não é agora a intenção remanescente do processo acadêmico.

Nessa direção, o apurado por meio de Pinto (2015) analisou as manifestações do modo de vida da marinha na

escolarização brasileira e determinou que a baixa escolaridade portuense das tropas e o despreparo para atirar, levaram o Exército Brasileiro a criar a formação da marinha que, por sua vez, chegou às faculdades civis com a introdução, nos currículos, da disciplina de Educação Física, com o auxílio da pedagogia escoteira e, também, com o auxílio dos códigos comportamentais, reconhecidos no aprender por meio de Oliveira (2017): com o auxílio das marchas do exército, por meio da exaltação de símbolos nacionais e do uso do uniforme, comparável ao das corporações do exército. Na instauração do século XX, de acordo com Souza (2000), as práticas cívico-militares levaram à introdução da Ginástica e dos exercícios militares, dos Batalhões Infantis, do Escotismo e, posteriormente, da Educação Física. Durante a ditadura da marinha, que durou de 1964 a 1985, a autodisciplina da Sociologia era esvaziada de conteúdo por excelência e a formação da cidadania superada à gestão do país (Perucchi, 2012), com os conteúdos ministrados nas disciplinas de Organização e Política no Brasil. (OSPB) para o ensino médio, Educação Moral e Cívica na educação predominante, como era conhecida a formação básica na época, e Estudos dos Problemas Brasileiros (EPB) para a educação superior.

O desempenho global preciso dos universitários das faculdades do exército, insistentemente apontado como um diferencial vantajoso essencial desse modelo, argumento amplamente utilizado como justificativa para a ampliação dessas escolas, já foi também objeto de reflexão nos trabalhos educacionais produzidos. No entanto, o trabalho com Benevides (2016) constata que esse registro é supervalorizado, sob o argumento de que os referidos universitários já haviam sido excelentes universitários e as faculdades avaliadas possuíam estrutura corporal adequada, o que hoje não ocorre no cotidiano das escolas públicas. Para ela, se houvesse manipulação sobre o desempenho anterior dos alunos, haveria uma queda de 50% na diferença de notas. Segundo o mesmo autor, as faculdades do exército já impõem uma resolução via classe social, pois os universitários precisam pagar mensalidades, comprar uniformes, que são bem mais caros do que os uniformes regulares dos alunos comuns das faculdades públicas.

Ferreira (2018) também auxilia nesse argumento ao concluir que as famílias de baixa renda são excluídas desse tipo de faculdade devido às taxas de permanência de uma criança nelas. Ainda em relação ao desempenho geral dos universitários das faculdades da Marinha, Santos (2011) destaca que os sintomas instrucionais precisam ser analisados levando-se em conta o início dos estudantes universitários e as desigualdades de rendimentos preliminares, considerando o fato de que as desigualdades sociais e culturais não podem ser determinantes do sucesso ou fracasso escolar. Essa interface entre o desempenho escolar global e o público atendido por meio de faculdades militarizadas representa, no entanto, uma área fértil a ser explorada, que pode incorporar estudos quantitativos e qualitativos e pesquisas longitudinais que acompanhem as trajetórias dos alunos. O que produzimos mostra que o aprimoramento no desempenho global está associado ao sistema de escolha realizado por meio dessas faculdades que atendem crianças, crianças e seres humanos mais jovens pertencentes a estratos sociais únicos desses atendidos com o auxílio da escola pública normal. Além disso, as faculdades militarizadas contam com infraestrutura e insumos diferenciados, que deixaram de ser fornecidos aos alunos de faculdades públicas.

4. Considerações Finais

É fundamental destacar que, assim como o fenômeno da militarização é recente e contundente em frases de punições para escolas públicas, a fabricação de know-how sobre esse manequim universitário tem recebido destaque e está se desenvolvendo nas universidades brasileiras, na fabricação de teses e dissertações. No entanto, sua divulgação em periódicos ainda é muito incipiente, tendo adquirido pouca área nas publicações brasileiras no conjunto das temáticas em educação. Considerando as dificuldades e o manequim que evoca essa produção educacional, podemos sinalizar que, no entanto, queremos maior articulação entre pesquisadores da área, as visões pesquisadas e a divulgação do saber-fazer produzido.

Referências

- Almeida, B. H. M., Ferraz, D. P., Gomes, J. H. de O., Carvalho, V. M., Braga, I. O., Marques, M. S., Belota, L. H. A., Sales, F. de C. D., et al. "Prejuízos clínicos associados ao uso crônico de medicamentos nootrópicos", *International Journal of Development Research*, 12, (09), 58823-58826.
- Alves, M. F., Toschi, M. S., & Ferreira, N. S. R. (2018). A expansão dos colégios militares em Goiás e a diferenciação na rede estadual. *Retratos da Escola*, 12(23), 271-288.
- Belle, H. B. D. M. (2011). *Escola de civismo e cidadania: ethos do colégio Beta da Polícia Militar de Goiás* (Doctoral dissertation, Tese. Pontifícia Universidade Católica de Goiás. <http://tede2.pucgoias.edu.br/8080/handle/tede/3787>).
- Benevides, A. D. A. (2016). Avaliação do desempenho educacional no Ceará.
- Bezerra, N. P. (2017). Pacto pela educação: o cumprimento da agenda neoliberal em Goiás e a militarização das escolas públicas.
- Bomfim, V. V. B. da S., Krebs, V. A., Zanoni, R. D., Sales, F. de C. D., Albrecht, H. M., Araújo, P. da C., Marques, D. B. S., Santos, J. A. R. dos, Silva, L. M. L. e., & Macedo, H. A. de. (2022). Síndrome inflamatória multissistêmica pediátrica associada ao COVID-19. *Research, Society and Development*, 11(11), e599111134218.
- Bomfim, V. V. B. da S., Silva, B. C. G. da, Sousa, T. B., Barbosa, L. E., Albrecht, H. M., Freitas, L. M. A. de, Sales, F. de C. D., Milhomem, N. L., Pereira, C. E. M., & Zanoni, R. D. (2022). Complicações cardíacas em pacientes decorrentes da Covid-19. *Research, Society and Development*, 11(12), e263111233931.
- Carra, P. R. A. (2014). Baleiros e baleiras no velho casarão: co-educação ou escola mista no colégio militar de Porto Alegre? (RS-1989 a 2013).
- CEPMGO. (2017). Regimento Interno do Colégio Estadual da Polícia Militar de Goiás.
- Cruz, L. A. D. C. M. (2017). Militarização das escolas públicas em Goiás: disciplina ou medo?
- Dias, D. M., Silva, G. O. da, Araújo, P. da C., Assis, J. V. M. de, Gomes, A. B. A., Brangioni, M. S. V., Silva, C. J. F., Lavor, L. L. de, Santos, K. A. V. dos, Sales, F. de C. D., Feijo, C. K., Cavalcante, D. C., & Rezende, J. S. de. (2022). Disfagia em idosos após a ocorrência de Acidente Vascular Encefálico: revisão integrativa da literatura. *Research, Society and Development*, 11(11), e563111134130.
- do Amaral, G. L., & de Olivera, M. A. M. (2010). Civismo e militarismo da infância: uma abordagem baseada no jornal O Rebate (Pelotas/RS, 1914-1915). *CONJECTURA: filosofia e educação*, 15(3).
- dos Santos Vasconcellos, C. (2006). *(In) Disciplina: construção da disciplina consciente e interativa em sala de aula e na escola*. Libertad.
- Dutra, R. D. C. G. (2022). O processo de militarização de escolas públicas em goiás: implicações na consolidação da autonomia da escola.
- Ercole, F. F., Melo, L. S. D., & Alcoforado, C. L. G. C. (2014). Revisão integrativa versus revisão sistemática. *Revista Mineira de Enfermagem*, 18(1), 9-12.
- Ferreira, N. S. R. (2018). "Gestão militar" da escola pública em Goiás: um estudo de caso da implementação de um Colégio Estadual da Polícia Militar de Goiás em Aparecida de Goiânia.
- Ferreira, N. S. R. (2018). "Gestão militar" da escola pública em Goiás: um estudo de caso da implementação de um Colégio Estadual da Polícia Militar de Goiás em Aparecida de Goiânia.
- Gomes, J. B., Dias, H. F. R., Toqueton, T. R., Alvim, C. de L., Mendes Filho, E. B., De Moraes Filho, A. O., Weiler, F. M., Montenegro, M. V. de F. R., Martins, J. S., Contiero, M., Sales, F. de C. D., Moraes, I. K. S., Mariano, P. H. M., Ferreira, C. G., Mendes, L. G. B., Kaminice, T. M., Maciel, G. L., Leite, F. M., Guerra, L. M., Bezerra, G. C. I. B., Soares, G. A. de O., Bezerra, L. C. P., Gonçalves, H. S. B. A. e S., Scaliante, V. de A. B., Nery, F. N., Toscano, M. M., Gregolin, V. L. de O., & Da Cruz, T. H. (2022). Implicações da radiação na saúde dos profissionais que utilizam a fluoroscopia na prática diária: Implications of radiation on the health of professionals who use the fluoroscopy in daily practice. *Brazilian Journal of Development*, 8(8), 56737-56749.
- Haider, A. S., Siddiqui, A., Alam, I., Sales, F. de C. D., Siddiqui, S. T., Vijayabaskar, V., Lal, R., & Kaur, H. (2022). A review of deep neural network-based uncertainty quantification methods for the classification of breast cancer. *NeuroQuantology*, 20 (10), 9702-9715.
- Lima, L. M. P. (2015). *A influência dos modelos educacionais na construção de valores socioambientais* (Master's thesis).
- Lima, M. E., Brzezinski, I., & Menezes Junior, A. D. S. (2020). Militarizar para educar? Educar para a cidadania? *Educação & Sociedade*, 41.
- Nóvoa, A. (1992). Para uma análise das instituições escolares. *As organizações escolares em análise*, 3, 13-43.
- Oliveira, A. M. B. D. (2017). Leituras, valores e comportamentos: práticas escolares no Colégio Tiradentes da Polícia Militar de Uberaba-MG.
- Perucchi, L. (2012). Saberes sociológicos nas escolas de nível médio sob a ditadura militar: os livros didáticos de OSPB.
- Pinheiro, V., & Guimarães, G. (2018). A Educação na Sociedade da Mercadoria: a questão dos Colégios Militares e as Organizações Sociais em Goiás. *Perspectivas em Diálogo: revista de educação e sociedade*, 5(9), 253-268.
- Pinto, G. G. (2015). Manifestações da cultura militar no espaço educacional brasileiro na primeira república: o contexto de Pelotas-RS.
- Ranna, C. D. C. (2021). Violência escolar e a militarização das escolas públicas: um estudo sobre o caso de Goiás (Doctoral dissertation).
- Saldaña, P., Carazzai, E. H., Gamba, E., & Takahashi, F. (2019). Escolas militares e colégios civis com mesmo perfil têm desempenho similar. *Folha de São Paulo, São Paulo, fev.*

- Santos, C. B. D. (2011). Desigualdades escolares: as diferenças de rendimento escolar dos alunos amparados e concursados no Colégio Militar de Fortaleza.
- Santos, C. B. D. (2011). Desigualdades escolares: as diferenças de rendimento escolar dos alunos amparados e concursados no Colégio Militar de Fortaleza.
- Souza, R. F. D. (2000). A militarização da infância: expressões do nacionalismo na cultura brasileira. *Cadernos cedes*, 20, 104-121.
- Toqueton, T. R., Silva, A. F., Lobato, M. S., Farias, M. G. B. de, Coelho, P. H. O. L., Takahashi, B. de L. F., Xavier, T. A. R., Vasconcelos, A. L. C., Moreno, M. E., Bretas, J. L., Rangel, L. F. S. S., Silva, L. D. D., Silva, F. P. Q. e, Toledo, C. de A. S., Corrêa, A. C. Q., Manica, F., Prudêncio, M. Álvares, Domingos, P. R., Gontijo, L. M., Magalhães, L. O., Ribeiro, C. M., Flores, J. L., Mouawad, I. H., Sales, F. de C. D., Santos, L. de S., Salvador, K. N., Sá, G. F. de, Moreira, F. V., & Alves, K. G. da C. (2022). Colicistite aguda alitiásica condutas que reduzem a taxa de internação em Terapia de Unidade Intensiva: uma revisão sistemática: Acute althiasic cholicistitis conducts that reduce the hospitalization rate in Intensive Unit Therapy: a systematic review. *Brazilian Journal of Development*, 8(9), 60842–60854.
- Vasconcelos, A. L. C., Toqueton, T. R., Xavier, T. A. R., Silva, F. P. Q. e, Pires, B. R., Takahashi, B. de L. F., Santos, L. de S., Moreira, F. V., Salvador, K. N., Sá, G. F. de, Carvalho, L. C. C. de, Candeloro, B. M., Filho, A. O. de M., Rocha, F. R., Custódio, P. da S., Campos, L. de S., Reis, H. M. F., Cunha, H. S. R. da, Copello, A. L., Xavier, L. F. de M., Pitanga, I. A., Neto, J. C. R., Nunes, J. E., Sales, F. de C. D., Reis, T. S., Silva, E. S. da, Rossetto, I. S., Marinho, P. F., Silva, Y. D. O., & Baldini, J. C. C. (2022). Condutas iniciais na Síndrome Coronariana aguda e seu desfecho sobre os quadros de Taquiarritmias: uma revisão sistemática com metanálise: Initial conducts in acute Coronary Syndrome and its outcome on Tachyarrhythmia frames: a systematic review with meta-analysis. *Brazilian Journal of Development*, 8(8), 59862–59874.
- Veiga, C. H. A. (2020). Militarização de escolas públicas no contexto da reforma gerencial do Estado.
- Veloso, E. R., & Oliveira, N. P. D. (2016). Nós perdemos a consciência? apontamentos sobre a militarização de escolas públicas estaduais de ensino médio no estado de Goiás. *Estado de exceção escolar: uma avaliação crítica das escolas militarizadas. Aparecida de Goiânia: Escultura*, 71-84.